



Turismo - Visão e Ação

ISSN: 1415-6393

luiz.flores@univali.br

Universidade do Vale do Itajaí

Brasil

Diniz Carvalho, Karoliny; Netto Simões, Maria de Lourdes
ANÁLISE DO MODELO DE PRESERVAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS
DO MARANHÃO: USO SOCIAL E USO TURÍSTICO
Turismo - Visão e Ação, vol. 14, núm. 2, mayo-agosto, 2012, pp. 196-213
Universidade do Vale do Itajaí
Camboriú, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=261056074005>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

ANÁLISE DO MODELO DE PRESERVAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS DO MARANHÃO: USO SOCIAL E USO TURÍSTICO

ANALYSIS OF THE MODEL OF PRESERVATION OF THE HISTORICAL CENTER OF SÃO LUÍS DO
MARANHÃO: SOCIAL AND TOURISM USE

ANÁLISIS DEL MODELO DE PRESERVACIÓN DEL CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS DE
MARANHÃO: USO SOCIAL Y USO TURÍSTICO

Karoliny Diniz Carvalho

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

karol27_turismo@yahoo.com.br

Doutoranda em Ciências Sociais (UFMA)

Msc. Cultura e Turismo (UESC-BA)

Grad. Turismo (UFMA)

Maria de Lourdes Netto Simões

ticasimoes@uol.com.br

Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC-BA)

Pós Doutora em Literatura Comparada e Turismo Cultural (Universidade Nova de Lisboa)

Doutora em Estudos Portugueses (Universidade Nova de Lisboa)

Data de Submissão: 19/10/2010

Data de Aprovação: 16/05/2012

RESUMO

O presente artigo objetiva analisar o modelo de preservação do patrimônio cultural do Centro Histórico de São Luís, Maranhão, destacando-se os reflexos das políticas de patrimonialização e da apropriação turística deste espaço urbano no cotidiano dos moradores. O trabalho possui como norte teórico a noção de centro histórico como lugar antropológico (AUGÉ, 1994) e produto social (SANTOS, 1996), buscando o entendimento das relações entre as políticas de preservação (LEITE 2004) e o turismo cultural (VINUESA, 2004), considerando-os vetores de novas relações e territorialidades mediante a transformação dos centros antigos em locais de consumo turístico-cultural. As reflexões propostas foram resultantes de pesquisa bibliográfica e documental, e da realização de entrevistas junto à comunidade localizada na área de abrangência da pesquisa. Tornou-se possível compreender que as ações públicas de preservação patrimonial apresentam-se de forma desarticulada, com ausência de participação popular, ocasionando o surgimento de conflitos, envolvendo o uso social e o uso turístico do patrimônio. O estudo aponta para a necessidade da implantação de um modelo horizontal de preservação que atenda aos anseios e às expectativas da comunidade, de forma a contribuir para a melhoria da qualidade de vida local.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio cultural urbano. Revitalização. Turismo. Comunidade local.

ABSTRACT

This article analyzes the model of preservation of the cultural heritage of the Historic Centre of São Luis, Maranhão, reflecting, in particular, on the heritage policies and appropriation of urban tourist space in the daily lives of residents. The theoretical background to this work is the notion of the historic center as an anthropological place (AUGÉ, 1994) and as a social product (SANTOS, 1996), seeking to understand

the relationship between the politics of preservation (LEITE, 2004) and cultural tourism (VINUESA, 2004) considering the vectors of new relations and territoriality through the transformation of old city centers in places of tourist and cultural consumption. These reflections were derived from a literature review and document research, and interviews with the local community in the catchment area of the research. It was possible to understand that actions to preserve public assets are presented in a disjointed way, with no participation of the local community, leading to conflicts involving the use and of the heritage for social and tourism purposes. The study points to the need to implement a horizontal model of preservation that meets the aspirations and expectations of the community, seeking to contribute to improving the quality of life for local residents.

KEYWORDS: Urban cultural heritage. Revitalization. Tourism, Local community.

RESUMEN

El presente artículo tiene el objetivo de analizar el modelo de preservación del patrimonio cultural del Centro Histórico de São Luís, Maranhão, destacando los reflejos de las políticas de patrimonialización y de la apropiación turística de este espacio urbano en la vida cotidiana de los habitantes. El trabajo posee como norte teórico la noción de centro histórico como lugar antropológico (AUGÉ, 1994) y producto social (SANTOS, 1996), buscando la comprensión de las relaciones entre las políticas de preservación (LEITE 2004) y el turismo cultural (VINUESA, 2004), considerándolos vectores de nuevas relaciones y territorialidades mediante la transformación de los centros antiguos en lugares de consumo turístico-cultural. Las reflexiones propuestas fueron el resultado de investigación bibliográfica y documental, y de la realización de entrevistas en la comunidad localizada en el área de alcance de la investigación. Fue posible comprender que las acciones públicas de preservación patrimonial se presentan en forma desarticulada, con ausencia de participación popular, ocasionando el surgimiento de conflictos que involucran el uso social y el uso turístico del patrimonio. El estudio señala la necesidad de la implantación de un modelo horizontal de preservación que atienda a los anhelos y a las expectativas de la comunidad, de modo que pueda contribuir con la mejoría de la calidad de vida local.

PALABRAS CLAVE: Patrimonio cultural urbano. Revitalización. Turismo. Comunidad local.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, muitas cidades brasileiras vêm passando por um processo de transformação de significados que considera a apropriação cultural do espaço urbano a partir do fluxo de capitais, resultando muitas vezes em uma realocação estética do passado. Esse processo está pautado numa nova racionalidade: a de transformar o espaço urbano em mercadoria, por meio da construção de efeitos de sentido em relação à necessidade de preservar sustentavelmente (LEITE, 2004).

Compreender a produção do espaço urbano nesse mercado implica entendê-lo como uma construção. Ele é, simultaneamente, o lugar das estratégias para o capital e das resistências do cotidiano para os habitantes. A atividade turística é uma das mais recentes modalidades do processo de acumulação, que produz novas configurações e materializa o espaço urbano sob diferentes perspectivas, pela ação do Estado, das empresas, dos residentes e dos turistas.

O presente artigo objetiva analisar os reflexos das ações públicas de preservação do patrimônio cultural do centro histórico de São Luís (Maranhão) no cotidiano dos moradores, considerando a sua redefinição como local de atratividade turística. O eixo condutor da pesquisa consistiu em verificar o conteúdo material e simbólico das transformações deste espaço urbano, e as visões que os moradores do centro histórico possuem no que tange à revitalização da área. As reflexões propostas foram resultantes de pesquisa bibliográfica e documental, e da realização de entrevistas junto à comunidade localizada na área de abrangência da pesquisa, especificamente no Bairro da Praia Grande.

No âmbito da pesquisa documental, foram analisados documentos oficiais que configuram o quadro das políticas que constituíram oficialmente o regime de preservação do Centro Histórico da Cidade de São Luís a partir da década de 1970. Visando à coleta de dados na pesquisa de campo, realizou-se uma amostra não probabilística por julgamento e exaustão (DENCKER, 1998). Foram incluídos na amostra cinquenta moradores do Bairro da Praia Grande – chefes de família ou proprietários das residências –, cujo tempo de vivência na área do centro antigo fosse igual ou superior a 20 anos. Esses atores sociais vêm sofrendo influência direta e indireta das ações públicas de preservação do patrimônio cultural local e da apropriação turística da área.

Mediante o roteiro de perguntas semiestruturadas utilizado e a observação não participante da dinâmica do local, tornou-se possível compreender as repercussões das ações públicas de preservação do patrimônio cultural urbano no cotidiano dos moradores, a relação com o desenvolvimento turístico, bem como das condições atuais em que se encontra o centro histórico de São Luís.

A abordagem estrutura-se da seguinte forma: inicialmente, problematizam-se noções de espaço e lugar, na busca pelo entendimento dos centros históricos como lugares de configuração de patrimônio culturais, para em seguida discutir os novos parâmetros da preservação patrimonial. Posteriormente, contextualiza-se o centro histórico de São Luís, Maranhão, analisando o modelo de preservação adotado e a forma com que ela se associa às transformações socioespaciais e identitárias vivenciadas pelos moradores a partir de sua articulação com a atividade turística local.

Dessa forma, o estudo empreendido tende a reforçar os novos direcionamentos das políticas patrimoniais, as quais pressupõem o atendimento das demandas e das necessidades das comunidades por meio de ações de dinamização econômica atrelada à elevação da sua qualidade de vida. Por outro lado, considera-se que o aproveitamento turístico do patrimônio cultural implica o reforço dos laços da comunidade com o espaço urbano, mediante o estímulo à articulação entre poder público e sociedade civil, além do desenvolvimento das potencialidades e das sinergias comunitárias.

1 UMA VISÃO ANTROPOLÓGICA DE CENTRO HISTÓRICO E OS NOVOS PARADIGMAS DA PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL

Toda cidade é imaginação, pois antes de ser esculpida, ela surge de ideações, dos relacionamentos e das ações projetadas pelos homens. Toda cidade é também artefato cultural, medida da extensão das vivências humanas em sociedade, memórias. Entender essas lembranças é parte integrante de um processo para a definição da cidade que será projetada no futuro.

A cidade pode remeter-se à história e conservar as características temporais no espaço urbano, pode ser preservada porque reúne os requisitos para que se possa evocar a memória coletiva, mas principalmente deve mesclar seus valores históricos, arquitetônicos, simbólicos e espirituais com os valores atuais, na incessante busca pela readaptação do antigo, para que o mesmo seja integrado no cotidiano. Uma cidade constitui-se em um monumento, mas paralelamente se torna um organismo vivo e dinâmico, aspecto que vem sendo postulado no âmbito da revitalização do patrimônio cultural na atualidade (CHOAY, 2001; CASTRIOTA, 2009).

O patrimônio cultural está intrinsecamente relacionado às vivências de uma comunidade e estas interconectadas ao bairro, ao centro histórico, à cidade. Nesse sentido, os espaços urbanos contêm em si referências para determinado grupo social na medida em que se reveste de valores simbólicos, memorial, que remete às diferentes histórias, memórias e identidades locais. Há ligação entre a coletividade e o lugar, onde os saberes e os fazeres comunitários continuam sendo apreendidos e ressignificados. O patrimônio cultural interage com o momento presente, sendo então referencial histórico e identitário e suporte das manifestações culturais e da vida cotidiana.

Como materialização do urbano, os Centros Históricos resultam de um tipo particular de percepção e apropriação do espaço, sendo constituídos por formas de organização social, comunicação grupal e laços de solidariedade comunitária específicos, ligando os indivíduos a um passado ou origem comum. Constituem-se, assim, sítios simbólicos de pertencimento, reveladores de vivências, crenças, ritos, rituais, celebrações, costumes e estilos de vida das comunidades (ZAQUAL, 2006).

O patrimônio cultural enuncia os diferentes modos pelos quais os grupos sociais definiram a sua identidade, diante de várias possibilidades de viver, sentir e agir como membros de uma realidade.

A emergência da dimensão imaterial do patrimônio associa-o à concepção de lugar antropológico, uma vez que as diferentes sociedades se formam a partir dos símbolos que representam o espaço vivido e que são passados entre gerações sucessivas:

O lugar antropológico é a construção simbólica e concreta do espaço, que se refere à casa, às aldeias, ou seja, aos lugares que têm sentido, que são identitários, relacionais e históricos e que trazem subjacente o sentido de permanência. (AUGÉ, 1994, p. 34).

Santos (1996), ao discutir a dimensão material e simbólica do espaço geográfico, define-o como um sistema indissociável de objetos e ações. Na sua visão, o espaço geográfico é constituído por formas, objetos e conteúdos, ou seja, pelo entrelaçamento de elementos fixos, ordenados no decorrer do processo de apropriação humana, e um sistema de relações sociais e legados culturais impressos ao longo dos processos históricos.

Com base nessa concepção, o lugar consiste numa construção social em permanente estado de transformação, no qual os diferentes atores interagem entre si, e o resultado ou o somatório de tais relações está imbricado de significados. Tais significados equivalem a um aporte referencial de valores, posturas e códigos culturais que, transcendendo a existência concreta, tornam-se elo dos contemporâneos a um passado socialmente construído, e destarte, portador de uma memória e de uma identidade coletiva.

Acresce-se a essa percepção o fato do patrimônio significar a rememoração ou a lembrança da própria ação humana em diferentes tempos e lugares, “todo cidadão possui numerosas relações com algumas partes de sua cidade, e a sua imagem está impregnada de memórias e significações” (LYNCH, 1988, p. 11). Os Centros Históricos apresentam elementos fixos, estacionários, que formam a paisagem e a ambiência urbana – bairros, monumentos, praças, ruas – e móveis, uma vez que por meio e através deles observam-se constantes fluxos de relações sociais e culturais, circulação de bens simbólicos, trânsito de visitantes e manifestações culturais. Esse conjunto de elementos convive dialeticamente, tornando o espaço urbano dinâmico e polissêmico (CASTROGIOVANNI, 2001; SIVIEIRO, 2006).

Assim, os Centros Históricos devem ser apreendidos não apenas como a síntese de processos sociais e culturais, de traços remanescentes de um passado compartilhado pelo agrupamento social; devem ser considerados, também, como símbolo revelador de práticas cotidianas, do conagraamento popular e entrelaçamento de vivências coletivas, festas, rituais e outros mecanismos de reposição de uma memória e de uma identidade em permanente processo de transformação.

Todos esses símbolos são identificados pelos moradores e integram um conjunto de referências que permitem aos habitantes de um dado espaço geográfico torná-lo significativo, transformando-o em lugar antropológico. Assim, pensar a cidade como representação social equivale a identificar as nuances das práticas sociais dos atores locais nos seus espaços de vivência, na medida em que ela se constitui em materialidade, de legados culturais, construtos de heranças compartilhadas pelos grupos sociais traduzidas em símbolos e significados conferidos ao longo dos processos históricos.

O patrimônio cultural oferece aos viventes a possibilidade de perceberem a sua origem, de seus familiares e antepassados, ou seja, o patrimônio como representação da memória vincula os indivíduos a experiências pessoais marcantes e indelévels, que caracterizam a sua trajetória de vida. “No decorrer de sua história, toda cidade se enriquece de lugares aos quais pode ser atribuída uma função simbólica, recebida por destinação, ou em virtude de algum acontecimento” (BALANDIER, 1980, p. 11).

O patrimônio cultural, como reflexo e produto da dinâmica social, estabelece vínculos de temporalidade espaço-temporal entre os grupos sociais, sendo testemunhos da diversidade das experiências humanas, eco de memórias e identidades plurais. É nesse sentido que se compreendem os espaços urbanos como monumentos e documentos, ou seja, estes se afiguram como suportes da identidade, em virtude das reminiscências, do simbolismo, e de sua capacidade de evocar sentidos, vivências e valores (MENESES, 2004; PESAVENTO, 2002).

A capacidade do patrimônio de construir elos entre identidade e lugar na sociedade contemporânea relaciona-se intensamente ao modo como as políticas de preservação articulam as noções de história, memória e cultura local, regional ou nacional. No cenário de sucessivas transformações econômicas, espaciais e socioculturais, de inovação tecnológica, com um panorama de fluxos interculturais em escala transnacional que redefinem constantemente as identidades dos sujeitos, um dos desafios

das políticas de patrimônio reside em gerenciar a pulverização dos lugares ao projeto de manter o patrimônio como lugar de uma identidade de caráter múltiplo.

Na visão de Leite (2004, p. 39-40), as políticas patrimoniais constroem representações de lugar por meio das práticas que instauram, edificando sentidos identitários aos lugares. Elas representam de modo simbólico uma face dos processos de realocização e consolidação das tradições, “cujos projetos de preservação arquitetônica e intervenção urbana reinventam centralidades tradicionais da nação, região e cidade”.

As diretrizes de preservação do patrimônio sempre foram baseadas em uma seleção do que poderia ser resgatado e propagado como referência para o corpo coletivo. *A priori*, a seleção do que seria preservado instituiu os monumentos como capazes de serem elementos dessa representação. Após esse momento, a temática amplia-se e começa-se a considerar as diferentes formas de expressão das identidades.

Assim, o patrimônio absorve as características, os ideais de cada época. O conceito muda de acordo com a suscetibilidade dos fatos que são institucionalizados pelo poder. Não há, portanto, um sentido único para o patrimônio, pois ele é construído por tecidos discursivos que o materializaram na História; seu sentido é pura movência tramada pelos fatos históricos.

As políticas de patrimônio têm deslocado o sentido de suas práticas para ressignificar diferentes aspectos dos lugares, suas memórias e tradições, adequado-as às políticas de desenvolvimento, sendo esta uma das marcas das políticas oficiais de patrimônio no Brasil. Esse aspecto demonstra que, na contemporaneidade, as ligações entre lugar e identidade fazem-se a partir de um distanciamento da concepção clássica de patrimônio para focalizar as características locais.

Nesse patamar, as políticas e as diretrizes atuais de preservação das cidades ou núcleos urbanos pressupõem uma concepção holística e integrada dos seus componentes, na qual os marcos urbanos, as práticas de sociabilidade, os usos cotidianos e as manifestações populares assumem um caráter de interdependência que evocam diferentes narrativas sobre o patrimônio cultural. Os espaços urbanos revelam-se como uma produção multicultural, na qual se verifica a diversidade das experiências humanas, bem como as diferentes memórias, individuais e coletivas, que dão sentido e significado à vida social.

Observa-se que, na contemporaneidade, o conceito de patrimônio torna-se polissêmico, sendo definido de acordo com o lugar social que os indivíduos ocupam em um determinado momento ou contexto histórico. Aos valores de excepcionalidade e monumentalidade, presentes nas práticas iniciais de preservação dos bens culturais, emergem novos parâmetros que consideram as relações, o contexto e a representatividade que o patrimônio adquire para os membros de uma sociedade, como enunciador de memórias individuais e coletivas e provocador do sentimento de pertença.

A substituição de um conceito tradicionalista de patrimônio histórico como sinônimo de monumentos edificados e obras de arte, sacralizados e excepcionais, para uma abordagem mais dinâmica surge como resultado do alargamento conceitual do termo cultura, entendida como processo e, como tal, enriquecida na dinâmica das relações sociais e das interações entre o homem e o meio ambiente.

Tomando por base esse novo delineamento, a partir desse período foram potencializadas iniciativas de preservação e revitalização das áreas centrais das cidades, tecidos urbanos considerados decadentes, mas que possuíam uma localização privilegiada e dotada de infraestrutura. Esta poderia ser modernizada e aproveitada para gerar renda e emprego, e criar uma fonte de recursos para as cidades baseada no turismo cultural, além de ser parte integrante das estratégias de valorização da identidade do lugar.

A implantação dos programas de preservação e revitalização nas cidades brasileiras foi realizada principalmente no final da década de 1980/90, por exemplo, no Pelourinho, em Salvador, Bahia, no bairro do Recife na capital pernambucana, e na Cidade de São Luís. A revitalização desses locais possui dois pontos convergentes: o processo de decadência das áreas centrais e a realização de investimentos vultosos em locais com grande potencial turístico e de grande valor histórico.

Os programas de preservação e a revitalização urbana das cidades brasileiras são discutidos hoje tendo por base duas questões: de um lado, a necessidade de reestruturação das áreas

centrais, em virtude da sua degradação física e social; e de outro, a reprodução do processo de remodelamento desses centros urbanos com a expulsão dos habitantes desses locais. O período de maior preocupação, discussão e de ações em relação à preservação do patrimônio cultural urbano pode ser dividido em três principais fases.

A primeira, intitulada Renovação Urbana (1950 a 1960), caracterizou-se pela destruição dos antigos núcleos para a construção de novas áreas; no âmbito municipal possuía o propósito de recuperar a arrecadação de impostos e defendia a melhoria do centro por meio da construção de vias, tendo como aliados os construtores de rodovias que facilitavam a liberação de recursos federais.

Em seguida, ocorre a segunda fase, denominada Preservação Urbana (1970 a 1980), que tinha como objetivo a preocupação como Patrimônio Histórico e a defesa do centro como identidade e orgulho cívico; com o fortalecimento da parceria do poder público e privado; as intervenções incluíam não apenas o comércio central, mas a habitação de baixa renda, o sistema de transporte, os espaços públicos e ao ambiente urbano; a liberação das ruas para pedestres nas áreas centrais, bem como a construção de estacionamentos; e, posteriormente, a Reinvenção Urbana, que vai de 1990 até os dias atuais e que pretende criar e recuperar a base econômica das cidades, para reinventar o ambiente construído (VARGAS; CASTILHO, 2006).

Dessa forma, a cidade constitui-se num sistema integrado e complexo de rupturas e continuidades, mudanças e transformações, adquirindo relevo no segmento do turismo cultural. No âmbito do mercado de consumo turístico, as áreas urbanas e seus elementos constituintes transformam-se em espaços de interação entre a comunidade local e os visitantes. A atividade turística redefine os usos do patrimônio, agenciando histórias, memórias e tradições e oportunizando o conhecimento sobre a diversidade de formas de expressão cultural de uma localidade.

O turismo cultural pode conferir maior visibilidade ao patrimônio, reforçando as singularidades dos elementos que integram os espaços urbanos - monumentos, edificações históricas, logradouros, práticas e manifestações socioculturais -, ao tempo em que amplia a percepção da cidade como locus de criação coletiva dinâmica e mutável. Assim, a inserção de localidades no circuito do turismo cultural oferece possibilidades de revitalização do acervo arquitetônico por meio da valoração e da potenciação de determinados elementos e atributos constitutivos do patrimônio cultural local:

A função turística também induz processos de revalorização de recursos locais, assim como dinâmica de renascimento cultural. Por outro lado, propicia o aparecimento de uma oferta cultural diversificada da qual se podem beneficiar tanto os turistas como os moradores. Ademais, contribui para reforçar a manutenção do patrimônio arquitetônico, dando novo uso para os edifícios históricos ou promovendo entre os proprietários um interesse em investir na conservação e na melhoria da imagem da cidade (VINUESA, 2004, p.37).

Essas evidências apontam para a Cidade de São Luís, no Estado do Maranhão, onde a dinamização do turismo tem propiciado um ascendente processo de restauração e revitalização do acervo arquitetônico na área do Centro Histórico da cidade, porém sem um planejamento urbano integrado e sistematizado. Especificamente no Bairro da Praia Grande, essas ações direcionam-se no sentido de elevar turisticamente aquele espaço urbano e são alicerçadas pela forte conotação do aspecto senhorial-colonial que o seu perímetro urbano evoca.

2 A PRESERVAÇÃO DO CENTRO ANTIGO DE SÃO LUIS

A importância do centro histórico de São Luís remonta aos séculos XVII, XVIII e XIX, períodos em que a cidade vivenciou um tempo de efervescência socioeconômico e cultural. Com seu posterior declínio, resultou num espaço cuja representatividade – em termos de manutenção dos aspectos tradicionais da cultura local e de preservação do acervo arquitetônico – alicerçou a sua incorporação à atividade turística, sobretudo nos anos de 1990, quando foi alçada à categoria de cidade patrimônio cultural da humanidade.

As primeiras iniciativas visando à preservação do acervo arquitetônico de São Luís datam do final da década de 1970, com a realização de alguns estudos e relatórios de ressonância internacional produzidos por historiadores, como Michel Parent em 1966 e Viana de Lima em 1973, que ajudaram a conscientizar as autoridades sobre a importância de preservar e restaurar o patrimônio edificado da cidade.

Dentre elas, destacaram-se o tombamento estadual da área urbana com 160 ha no ano de 1968; em 1974 verifica-se o tombamento em nível federal, beneficiando uma área de 60 ha. No ano de 1979 ocorreu a Primeira Convenção Nacional da Praia Grande, evento no qual “especialistas de todo o país reuniram-se para debater a proposta de revitalização do Centro Histórico elaborada pelo arquiteto John Gisiger” (ANDRÉS, 1998, p. 105).

O Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís (PPRCH/SL), denominado Projeto Praia Grande, iniciou suas atividades no final da década de 1980, abrangendo os bairros da Praia Grande e do Desterro, uma vez que essas áreas apresentavam-se bastante deterioradas e degradadas, com graves problemas de congestionamento de veículos, sub moradias, prostituição e violência. Os objetivos do programa, extraídos do dossiê de candidatura de São Luís à lista das cidades patrimônio, estavam assim delineados (SILVA, 1997):

POLÍTICAS DE ORIENTAÇÃO DO PROGRAMA DE PRESERVAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS

- 2.1 - Proporcionar a manutenção do uso residencial nas áreas do Centro Histórico.
- 2.2 - Intensificar as atividades de assistência e promoção social, e priorizar ações de fomento a geração de emprego e renda. Apoiar a instalação de centros profissionalizantes.
- 2.3 - Incentivar as manifestações culturais e educacionais mediante o estabelecimento de centros culturais e de criatividade e do fortalecimento das instituições públicas e privadas que se dedicam à ação e difusão cultural, bem como apoiar as manifestações artísticas de indivíduos ou grupos comunitários sediados na área.
- 2.4 - Restaurar e preservar o patrimônio arquitetônico e ambiental urbano do Centro Histórico, reintegrando-se à dinâmica social e econômica da cidade, em condições adequadas de utilização e apropriação social.
- 2.5 - Promover a revitalização econômica do comércio varejista, especialmente de gêneros alimentícios regionais e artesanato e das atividades relacionadas ao turismo cultural.
- 2.6 - Adequar as redes de utilidades, serviços e logradouros públicos: água, esgoto, drenagem, energia elétrica, telefone, limpeza urbana, transporte, saúde, segurança, praças e rede viária, de forma a beneficiar a população residente e usuários, propiciando ademais uma ocupação mais coerente e diversificada no Centro Histórico.
- 2.7 - Dinamizar as atividades portuárias tradicionais, visando à revitalização das funções econômicas e culturais mais representativas do Centro Histórico, relativas à pesca artesanal e ao transporte hidroviário de passageiros e carga.
- 2.8 - Contribuir para o incremento do associativismo e consolidação das entidades de classe, de forma a garantir uma participação efetiva da comunidade no processo de preservação e revitalização do Centro Histórico.
- 2.9 - Garantir, no âmbito da Coordenadoria do Programa, um processo permanente de avaliação crítica do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís.
- 2.10- Assegurar o compromisso político da administração pública quanto à inclusão dos temas relativos à restauração e à conservação dos bens culturais nos planos de governo estadual e municipal.

O projeto contemplou a realização de obras de calçamento, pavimentação, além da revitalização de casarões históricos, no sentido de agregar valor ao patrimônio local, reintegrando-o à dinâmica social da comunidade. Incentivou ainda a localização e a concentração espacial das funções administrativas dos níveis federal, estadual e municipal, alegando que a proximidade com o centro comercial da cidade iria viabilizar um intenso comércio de varejo e uma demanda por estacionamento.

Na primeira fase do programa, o Projeto Praia Grande (1980-1982) caracterizou-se pela realização de obras no Largo do Comércio e adjacências. No ano de 1983, o trabalho de recuperação e preservação foi interrompido por falta de verbas, intensificando-se as pesquisas históricas (ANDRÉS, 1998), e

sendo retomado no ano de 1987, agora com a denominação de Projeto Reviver. Durante a segunda fase do programa (1987-1990), foram realizadas intervenções urbanas e viárias de forma prioritária no Bairro da Praia Grande, com a proibição da circulação de veículos de carga ou passageiro nas ruas recuperadas pelo projeto, por meio do Decreto nº 11.013, de 27 de Dezembro de 1988:

[...] devido à amplitude do Centro Histórico (220 ha-3.500 edificações) e a inexistência de recursos para imediato tratamento do mesmo como um todo, definiu-se pela sua significância e tradição, a área da Praia Grande, propriamente dita (Largo do comércio e suas adjacências) como sendo aquela que abrange em todos os aspectos, as características marcantes do Centro Histórico (ANDRÉS, 1998, p. 223).

Nessas distintas fases destacamos a elaboração do plano diretor urbanístico do Município de São Luís, em 1992, no âmbito municipal. Sob a Lei Municipal nº 2.353 de 29 de dezembro de 1992, o Centro Histórico é dividido em duas grandes zonas: a Zona de Proteção Histórica (ZPH), que abrange toda a área de tombamento estadual e a ZPH – 2, que corresponde à área do entorno da ZPH. Conforme o Parágrafo Único dessa Lei:

Define-se como Zonas de Preservação Histórica aquela em que os elementos da paisagem constituída ou natural abriguem ambiências significativas da cidade, seja pelo valor simbólico associado a sua história, seja pela sua importância cultural e integração ao sítio urbano e por abrigar monumentos históricos.

Provavelmente, com o intuito de igualar-se a outras instâncias de poder, a Prefeitura Municipal de São Luís sancionou, no dia 4 de julho de 1995, o projeto de Lei nº 79.193, que dispõe sobre a proteção do patrimônio cultural. Basicamente esta lei não se diferencia da legislação estadual, inclusive no que concerne à obrigatoriedade de realizar reformas ou restaurar os bens tombados. A necessidade de uma legislação dessa natureza é totalmente discutível, pois a sua aplicabilidade mostra-se totalmente nula, sendo que nunca houve ao menos um tombamento em nível municipal, assim como nunca foi prestado nenhum tipo de auxílio a um edifício em ruínas.

A atitude seria louvável se o fator a ser considerado fosse a abrangência necessária de um dispositivo de preservação para resguardar bens de interesse muito restrito ou de uma memória da população local o que não interessaria aos níveis de tombamento estadual e federal. Podemos até considerar que os verdadeiros motivos da criação desta lei foram estes, contudo, questionamos a sua eficiência prática.

No terceiro momento, o mais atual, as políticas de preservação passam a manifestar um expressivo interesse econômico, representado desta vez pelo potencial turístico do patrimônio arquitetônico, e que o título recebido da UNESCO é a marca mais evidente. Em 1997 já se verifica o intuito da reformulação do modelo instituído pelo PPRCH, mais diretamente ligado à Praia Grande. A proibição do tráfego, a institucionalização da área, assim como itens básicos como segurança, começam a ser avaliados quanto ao retorno que este tipo de modelo até então implantado poderia oferecer.

O programa possuía como recomendação a sua revisão constante para perfeição e adequação à realidade que se apresentasse. Sendo assim, o documento, revisto e atualizado contém um elenco de subprogramas que abrangem os aspectos infraestruturais urbanos, sociais, econômicos, culturais e ambientais.

Os subprogramas elaborados a partir das políticas norteadoras estão assim delineados, conforme expressa o Dossiê apresentado à UNESCO para a inclusão do Centro Histórico de São Luís na lista do Patrimônio Mundial (SILVA, 1997): subprograma de Promoção Social e Habitação no Centro Histórico de São Luís; Subprograma de Restauração do Patrimônio Artístico e Arquitetônico; Subprograma de recuperação da Infraestrutura e serviços públicos; Subprogramas de Prédios Públicos no Centro Histórico; Subprograma de incentivo as atividades de Turismo Cultural; Subprograma de revitalização das atividades portuárias; Subprograma de Recuperação do Patrimônio Ambiental Urbano; Subprograma de Recuperação da Arquitetura Industrial.

A política de memória adotada inclui a articulação de recursos federais, estaduais e municipais. Nota-se que as diretrizes que regem a política de preservação do patrimônio focalizam prioritariamente o incentivo à preservação dos hábitos da vida comunitária tradicional, por meio das melhorias e do aumento das condições e das ofertas habitacionais; a revitalização das atividades econômicas e

socioculturais; a restauração tombada e da arquitetura vernacular, entre outra, buscando respeitar a vocação natural da cada segmento urbano de Centro Histórico (SILVA, 1997).

Implícito na proposta de revitalização destaca-se o estímulo ao desenvolvimento do turismo cultural, tendo a Praia Grande como principal núcleo de atratividade em virtude da manutenção do acervo arquitetônico. Sendo assim, a área escolhida precisava de medidas urgentes para sua preservação já que se encontrava em estado de deterioração.

Foram definidos os tipos de ocupações que deveriam ser estimulados e os que deveriam ser desencorajados ou proibidos. Os usos indicados eram os institucionais (secretarias, repartições públicas, estabelecimento de ensino especializado), de serviços (bancos, cartórios), de turismo (hotéis, restaurantes, lojas de artesanatos), de cultura e lazer (museus, teatros, galerias de arte) e os comerciais (lojas de varejo, móveis, eletrodomésticos, livrarias). As atividades geradoras de movimento de veículos pesados ou que necessitassem de grandes áreas operacionais, como fábricas e usinas, deveriam ser desencorajados ou proibidos (SILVA, 1997).

Dessa forma, na Cidade de São Luís, as campanhas de patrimonialização destacam o passado como símbolo de uma memória capaz de sustentar a identidade local. O processo de revitalização é um mecanismo de preservação do patrimônio de cidades históricas e inclui a produção de novos cenários, de novas paisagens, com a articulação entre a tradição e a modernidade, como via de construção da cidade-imagem, signo central em um mundo globalizado.

O programa de preservação do Centro Histórico de São Luís foi sendo implementado por etapas ao longo de quase duas décadas e, apesar dos diferentes governos estaduais que deram apoio político e financeiro às ações do programa, a base dos projetos se manteve a mesma, isto é, aquela elaborada pela equipe técnica de elaboração da proposta, o que garantiu a unidade de diretrizes e de objetivos. Entretanto se pode dizer que algumas das propostas relacionadas às intervenções físicas foram sempre priorizadas em detrimento de outras contidas no plano e que possuíam um caráter social em prol de trabalhadores e moradores da área.

O Bairro da Praia Grande foi em grande parte recuperado; as ruas foram calçadas, muitos casarões reformados, prédios públicos refuncionalizados. Torna-se explícita a preocupação em manter a tradição, preservando a memória e a história do Centro Histórico, ao mesmo tempo em que a busca pela revitalização do local implica a sua inserção na ordem contemporânea representada pela atividade turística.

As discussões em torno das políticas de preservação patrimonial inserem a necessidade de atender aos anseios e às expectativas da população local, como um dos pressupostos necessários para evitar a formação de lugares desvinculados da realidade comunitária. Para os moradores entrevistados, o Bairro da Praia Grande, embora possua um valor simbólico e de uso, não supre as demandas contemporâneas em termos de serviços específicos, tais como atendimento médico, farmácias, supermercados e delegacias.

Argan (2005) analisa a contradição existente entre o discurso modernizante de revigoração dos Centros Históricos como alternativa econômica para as comunidades e a atuação dos agentes responsáveis pelas políticas de preservação dos núcleos patrimoniais. Para o referido autor, a sobreposição de interesses contribui para o esvaziamento e cenarização dessas edificações, ao tempo em que promove o alijamento da população tradicional dessas áreas:

A paralisia econômica e social dos centros históricos é quase inevitável [...] o engarrafamento do trânsito e o acúmulo de automóveis estacionados estão em contradição com as antigas estruturas; o processo de abandono, sobretudo por parte das gerações jovens, é rápido [...] A substituição das velhas classes populares e pequeno-burguesas por novas classes ricas provocam verdadeiras falsificações, não só porque os edifícios são geralmente esvaziados, reduzidos a simples fachada, reestruturados em seu interior, mas também porque as próprias classes originais constituem um bem cultural que deveria ser protegido. (ARGAN, 2005, p. 79-80).

Embora as diretrizes do programa de preservação incluam aspectos importantes no que concerne à promoção do desenvolvimento socioeconômico local, na sua aplicabilidade a eficácia não foi alcançada, a questão habitacional, um dos componentes do programa de revitalização, não foi resolvida. Torna-se ainda expressivo o número de mendicantes e de pessoas morando em prédios deteriorados e em condições degradantes.

Ressalta-se que, nos últimos anos, o governo do Estado vem empreendendo uma política habitacional com vistas a fortalecer o uso social dessa área. A intenção consiste em recuperar imóveis visando ao seu uso residencial, no entanto este programa destina-se, essencialmente, a funcionários públicos, moradores não habituais desse sítio urbano e, conseqüentemente, não possuem um vínculo afetivo com o local.

O problema de estacionamento no Centro Histórico é uma questão que ainda permanece com muitas deficiências, apesar da construção de alguns estacionamentos em volta da área, os usos instalados no local, como equipamentos culturais, instituições, favorecem a concentração de pessoas e a geração de tráfego, criando uma demanda de áreas para estacionamento. As intervenções pontuais e os investimentos realizados em infraestrutura na recuperação de imóveis para uso cultural, buscando a preservação e a revitalização do local, não levou em consideração a acessibilidade da área.

O Programa de Revitalização também prevê em suas políticas de orientação o incremento do associativismo e a consolidação das entidades de classe, de forma a garantir uma participação efetiva da comunidade no processo de preservação e revitalização do Centro Histórico. Propõe ainda garantir no âmbito da Coordenadoria do Programa um processo permanente de avaliação crítica do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís.

Em 2003 foi criado o Núcleo Gestor do Centro Histórico de São Luís, órgão vinculado à Fundação Municipal de Patrimônio Histórico (FUMPH) como reflexo da transição do gerenciamento do patrimônio da esfera estadual para municipal. Nele estão presentes os agentes responsáveis pelo planejamento urbano da cidade, órgãos do governo estadual, instituições privadas e representantes da sociedade civil. De acordo com estatuto do órgão, o Núcleo foi criado para promover uma gestão patrimonial descentralizada, servindo de referência para outras localidades (SÃO LUÍS, 2007).

Esse novo modelo foi adotado após a inclusão de São Luís na lista de patrimônio cultural da humanidade. A expectativa em torno de sua institucionalização residia na possibilidade de uma gestão compartilhada, por meio de discussões sobre temáticas relacionadas ao desenvolvimento sustentável do espaço urbano e à preservação do patrimônio local. Convém observar a relação entre a preservação patrimonial e a sustentabilidade urbana, tornando-se necessário um planejamento integrado, que envolva as diversas dimensões da sustentabilidade mediante iniciativas públicas e privadas com a participação efetiva de membros da comunidade local.

Segundo Pereira e Murta (2008), as comunidades que vivem em áreas patrimoniais não raro desconhecem as ações de preservação, sendo negligenciadas ou excluídas do processo de tomada de decisões. Esse fato impede a sua maior participação nos benefícios gerados pelos programas oficiais de gestão do patrimônio. Em São Luís, a busca pela participação popular no processo de tomada de decisões relativas à preservação do patrimônio cultural levou à mobilização e à organização comunitária por meio de uma associação de moradores. Seu objetivo consiste em promover uma maior interlocução entre os segmentos populares e os gestores públicos, no sentido de assegurar melhorias estruturais, sociais, econômicas e culturais para o bairro.

Observou-se que muitas intervenções realizadas na área tiveram uma participação reduzida dos moradores ao longo da elaboração das propostas lideradas pelos órgãos estaduais e municipais. Para os moradores, a participação em reuniões com representantes das esferas estaduais, municipais ou estaduais e da iniciativa privada não se traduz em uma política efetiva visando à sustentabilidade social local. As políticas de preservação adotadas na atualidade pouco envolveram a comunidade nos processos de planejamento e execução das ações. De acordo com as afirmações de Guedes (2001, p. 111):

(...) estas políticas, muito pouco envolveram a comunidade nos processos de planejamento e execução das ações. O que gerou uma imposição, na maioria das vezes, de cima para baixo. Como efeito, acabou se criando nos moradores da área, um certo aleijamento e indiferença para com os projetos que ali se desenvolvem.

De acordo com as informações verbais dos moradores entrevistados, constatou-se que a maior parte deles não conhece ou não sabe indicar as ações que estão sendo efetivadas pelos órgãos públicos para a preservação do patrimônio cultural da Praia Grande e, por extensão, dos lugares em que residem as memórias da comunidade. Assim, há a necessidade de estabelecer uma

maior aproximação entre os órgãos de preservação do patrimônio local e os grupos comunitários que estabelecem, por meio de suas práticas cotidianas e das relações de sociabilidade, uma leitura particularizada da realidade socioeconômica e cultural do lugar Praia Grande. Assegurar maior representatividade dos moradores no que tange ao planejamento urbano e às práticas preservacionistas amplia o significado do patrimônio e contribui para a cidadania cultural.

Embora no âmbito do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico (PPRCH) ações socioeducativas e de inclusão social estivessem previstas, as intervenções realizadas durante esse período detiveram-se na restauração de prédios históricos; as propostas de sensibilização comunitária e de educação patrimonial, quando efetivadas, revelaram-se ações pontuais que necessitavam de uma maior sistemática, assim como de uma gestão compartilhada entre os órgãos públicos, o empresariado e a comunidade local visando à conservação e à integridade do patrimônio cultural de São Luís.

A revitalização dos Centros Históricos implica a efetivação de projetos sustentáveis capazes de possibilitar a continuidade do patrimônio cultural como suporte da memória e da identidade local, ampliar a percepção da cidade como organismo multissetorial e dinâmico. Apesar dos esforços empreendidos pelas ações de preservação e revitalização do centro antigo de São Luís, não se alcançou um ponto fundamental: não existe vida nem grande circulação de pessoas, pois todos que ali passam permanecem por pouco tempo, o que vai de encontro ao princípio de preservar não somente os lugares, mas as diferentes sociabilidades e vivências comunitárias presentes nos espaços urbanos.

Inserido no processo de produção e consumo cultural em escala globalizada, o conjunto de casarões e prédios históricos passou a ser percebido como símbolo de diferentes memórias e ao mesmo tempo um produto turístico. Ao analisar o consumo turístico do patrimônio cultural, Cifelli (2010) aborda a redefinição das relações, das práticas e dos valores pelos diferentes agentes locais, decorrente da refuncionalização de áreas degradadas.

Os espaços urbanos revitalizados assumem uma nova racionalidade que altera significativamente a dinâmica impressa nas relações cotidianas, conduzindo à produção de novas territorialidades. Os desdobramentos da atividade turística na dinâmica sociocultural do Centro Histórico de São Luís implicam a ressignificação desse espaço urbano, repercutindo no estabelecimento de novas relações que afetam em maior ou menor grau o cotidiano dos moradores locais.

3. APROPRIAÇÃO TURÍSTICA E O COTIDIANO DOS MORADORES

No percurso teórico sobre as políticas de preservação do Centro Histórico de São Luís, verifica-se que o conceito de patrimônio gerou contornos peculiares sobre a noção de espaço e tempo na Praia Grande, os quais delinearam características decisivas na configuração de uma São Luís atual. O legado cultural que se constituiu ao longo do tempo permitiu à cidade o título maior de patrimônio cultural da humanidade, fato que desencadeou um processo de promoção econômica e sociocultural do qual ainda são vivenciados os desdobramentos.

A análise de documentos balizadores do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís revela a importância conferida pelos representantes oficiais de patrimônio à dimensão tangível ou material do acervo arquitetônico, expressa por meio de decretos, tombamentos, pela recuperação de imóveis e ações de fiscalização aos monumentos edificados. O patrimônio funcionou, inicialmente, como um mecanismo de construção simbólica de afirmação de uma identidade local que não revelava a pluralidade cultural, configurando-se em recurso para criar uma ideia unilateral de unidade coletiva.

Em alguns momentos, as práticas governamentais inviabilizaram a permanência dos moradores tradicionais no Bairro da Praia Grande ou provocaram o seu silêncio no âmbito das políticas de ativação patrimonial. Essas passaram a atender às novas demandas de lazer e consumo contemporâneos. Trata-se de um processo dinâmico balizado em mecanismos sucessivos de construção e reconstrução identitárias, nos quais os atores sociais se apropriam, selecionam e reelaboram determinados atributos culturais de acordo com os diferentes contextos ou momentos históricos, do qual a atividade turística constitui-se parte integrante.

O reconhecimento da importância do patrimônio cultural do centro histórico por meio de iniciativas públicas de preservação acarreta novos valores e significados que irão circular no espaço urbano; nesse sentido, o estatuto de Patrimônio Cultural da Humanidade passa a ser entendido como importante estratégia de preservação e valorização dos marcos identitários de uma determinada comunidade, sobretudo na medida em que os locais de significância histórica e cultural tornam-se alvos de investimentos para fins turísticos e recreacionais.

Como resultado do processo de valorização turística, o espaço urbano do Centro Histórico de São Luís vem sofrendo um processo de enobrecimento de determinadas áreas, as quais se tornam atrativas, notadamente para estrangeiros de alto poder aquisitivo, visando à sua inserção na lógica de consumo do mercado turístico globalizado. Na atualidade, os casarões coloniais tornaram-se sedes de órgãos das administrações públicas estaduais e municipais ou foram refuncionalizados, passando a abrigar equipamentos relacionados ao turismo, tais como agências de viagens, casas de cultura e museus, bares, restaurantes, lojas de artesanato e *souvernirs*.

Dessa forma, o patrimônio cultural de São Luís vem sendo reconfigurado por intermédio do aproveitamento turístico dos casarões coloniais, da formatação de roteiros, da promoção de eventos no entorno do conjunto patrimonial e na implantação de equipamentos turísticos, de lazer e entretenimento para turistas e comunidade local. Acrescem-se a essa reconstrução material as ações de *marketing* turístico que elevam o centro antigo à condição de ícone representativo da cultura local. Ao problematizar as relações entre patrimônio, cidades e *marketing* turístico, Bessa *et al.* (2005) acentuam as transformações dos espaços urbanos em meio à globalização e à universalização de estratégias promocionais que tendem a aumentar o potencial de atratividade dos lugares, na medida em que determinados elementos presentes na tessitura urbana detêm uma expressiva carga simbólica, sendo evocadores da memória, das tradições e das identidades locais sendo utilizados nas estratégias de *marketing* de localidades. No entanto o uso do patrimônio como ferramenta promocional necessita de um planejamento sustentável e do envolvimento de diferentes atores no sentido de evitar a homogeneização das áreas urbanas em prol do consumo turístico.

Segundo os autores, a ausência de um planejamento integrado e sustentável repercute de forma negativa no desenvolvimento urbano, uma vez que a "cidade passa a ser vista como um cenário, com finalidades empresariais e com suas políticas públicas voltadas para o atendimento das demandas do consumidor (turista). Neste sentido, deixa de ser o *locus* do cidadão, para transformar-se em mercadoria a ser comercializada". Visão semelhante pode ser encontrada nas análises de Hernandez (2007) sobre o desenvolvimento turístico nas cidades espanholas, cuja massificação ocasionou uma reorientação do planejamento estratégico de forma a compatibilizar o uso social e o uso turístico dessas localidades.

As reflexões de Zukin (1989) e Smith (2003) acerca do processo de gentrificação ou enobrecimento experienciado pelas cidades americanas e europeias, tais como Nova Iorque e Londres, tornam-se emblemáticas para o entendimento das relações nem sempre harmoniosas envolvendo o consumo cultural de caráter globalizado, incluindo as atividades turísticas, as políticas públicas e a comunidade local. Amplia-se, assim, o debate em torno do significado cultural que as políticas de preservação acarretam a revitalização das cidades, sobretudo no que concerne à segregação espacial entre turistas e população residente.

Tendo em vista o Centro Histórico de São Luís, o trânsito de visitantes e os benefícios oportunizados pelo turismo refletiram-se na introdução de novos valores no acervo arquitetônico local. O patrimônio cultural vem sofrendo constantes reformulações visando à sua inserção no mercado turístico, cujas práticas de preservação resultam em ressignificações e reconfigurações, articulando dessa forma a preservação dos valores social e simbólico do patrimônio cultural e sua adequação aos novos usos, nos quais se articulam preservação e mudança. Na visão de Cammarata (2006, p. 359):

Con las nuevas formas de elegir y reconstruir los lugares con atractivos, se participa de la apropiación de territorios que se despegan del lugar para transformarse en símbolos de consumo y focos de atracción social, en cuyos desplazamientos aparece la mercantilización conjuntamente con otras instancias de intercambio social y creación cultural.

Nesse mecanismo de atratividade, remodela-se o espaço urbano para atender às necessidades da demanda turística. O embelezamento e a higienização do local, comuns em áreas que sofreram processo de revitalização, contribuem para acentuar a privatização do patrimônio cultural urbano

(CORIOLANO, 2006; CARNEIRO, 2006). Incidem-se também junto aos grupos sociais que apresentam características que não se adéquam às novas funções dos Centros Históricos valorizados, como, por exemplo, os vendedores informais ou ambulantes e os *hippies*.

Esses sofrem constantes processos de fiscalização de suas atividades pelos órgãos da prefeitura municipal e, em alguns casos, são retirados ou transferidos para outras áreas, a fim de evitar maiores transtornos para os turistas e para os visitantes (SILVA, 2009). Ocorre uma delimitação do espaço urbano para a prática de atividades turísticas no Centro Histórico, com a concentração de atividades, produtos e serviços culturais na área da Praia Grande, e a seleção de monumentos e bens patrimoniais que podem se transformar em objetos do olhar do visitante.

A privatização torna-se perceptível também quando se analisam as formas de apropriação do espaço urbano da Praia Grande pelos moradores. Estas se restringem às atividades profissionais ligadas ao comércio e à prestação de serviços turísticos. As principais funções desempenhadas pelos moradores entrevistados corresponderam a empregos que exigem pouca qualificação profissional – comerciantes, feirantes, empregadas domésticas, atendentes de lojas, bares e restaurantes.

Ocorre ainda uma disputa simbólica e discursiva entre os gestores do patrimônio local e os moradores pela apropriação e o uso efetivo do acervo arquitetônico, considerando a dicotomia existente entre preservação e degradação do patrimônio e entre a memória oficial agenciada pelo turismo e as memórias dos atores sociais.

As tentativas de afirmação do caráter singular do patrimônio edificado e a busca pela preservação dos marcos urbanos imbuídos de um caráter de autenticidade tornam-se elementos que reforçam a fiscalização e a vigilância dos representantes dos órgãos públicos em torno dos casarões tombados e das práticas cotidianas a eles vinculadas.

Mediante a inserção do patrimônio na lógica de produção e consumo globalizado, os moradores destacaram as limitações, impostas pelos órgãos de preservação do patrimônio local, em relação às propostas de reforma ou adequação dos prédios tombados.

O prédio tombado sofre uma série de limitações no seu uso. Em consequência, destaca-se uma das problemáticas que emergem em torno da questão preservacionista, pois os dispositivos legais que tentam proteger o patrimônio vão de encontro à especulação imobiliária; o proprietário, não podendo ver atendidos os seus anseios, prefere, muitas vezes, deixar ruir as edificações para então usufruir do terreno.

A configuração espacial está intrinsecamente relacionada à formação da identidade do lugar e, por conseguinte, da identidade dos atores sociais que ali vivem. Assim, as modificações e as reconfigurações nos marcos urbanos que alteram a personalidade do lugar implicam também transformações na identidade pessoal, no sentimento de pertença ao território vivido.

A proposta de revitalização do Centro Histórico de São Luís significou não somente uma reformulação na estrutura física do local como também na reorganização do modo de vida dos moradores tradicionais. As reformas e as restaurações das edificações coloniais carregam em si uma proposta de reconfiguração que se ancora no signo da civilidade e da higienização, inserido numa dimensão ideologicamente política e empresarial.

Outro aspecto destacado que parece mostrar como a institucionalização do patrimônio cultural do bairro pode ocasionar interferências negativas para os moradores refere-se à priorização das reformas e às melhorias que são feitas nas fachadas e nas ruas naquilo que os turistas têm acesso à vista, deixando de lado os interiores das casas e os locais mais afastados das visitas. Inscreve-se nesse contexto também a problemática da autenticidade do patrimônio ambiental urbano diante das novas exigências de refuncionalização dos acervos arquitetônicos, com a sua adaptação a novos usos e funções.

Em algumas construções coloniais podem ser encontradas a mistura de cores nas fachadas que contrastam com o seu entorno imediato, numa proposta de padronização da paisagem urbana, conforme pode ser observado nas propostas de revitalização de centros históricos de cidades nordestinas como Salvador, Bahia, Recife Antigo, Pernambuco e João Pessoa, Paraíba.

Os informantes destacaram que a reforma dos casarões também implicou mudanças nos seus modos de vida. A recuperação de casarões para o uso residencial pressupõe, na visão desses

moradores, um disciplinamento do seu uso sob a alegação dos representantes dos órgãos públicos de que determinadas práticas cotidianas, anteriormente exercidas pelos moradores, poderiam comprometer o aspecto visual dos imóveis restaurados.

A proposta de revitalização do Centro Histórico de São Luís significou não somente uma reformulação na estrutura física do local como também na reorganização do modo de vida dos moradores tradicionais. As reformas e as restaurações das edificações coloniais carregam em si uma proposta de reconfiguração que se ancora no signo da civilidade e da higienização, inserido numa dimensão ideologicamente política e empresarial.

A reconstrução simbólica do espaço e do tempo no Bairro da Praia Grande se contradiz com a situação dos moradores tradicionais que não possui os recursos necessários para a manutenção e para a conservação do patrimônio edificado, contribuindo para reduzir a qualidade de vida dessa comunidade. Muito moradores assistem com pesar ao processo de deterioração das construções históricas, muitas das quais representam os únicos elos com seus antepassados. Na visão de alguns moradores, a destruição de um bem patrimonial significa a perda de uma parte importante de seu sistema de referências, de sua identidade.

A especulação imobiliária também foi apontada pelos moradores como uma das principais mudanças decorrentes da política de patrimonialização por que vem passando a área, o que representa para eles a perda da propriedade ou da posse das construções coloniais. A comunidade entrevistada afirmou que boa parte dos casarões foi comprada por franceses, portugueses, italianos, dinamarqueses, que os transformaram em objetos para o consumo turístico.

As permanências, as constâncias reveladas nas edificações históricas e nas vivências comunitárias, e o transitório, o temporário – expresso nas políticas de atração de investimentos e de negócios turísticos para a área central da cidade – dialogam com o cotidiano dos moradores, conferindo à paisagem do bairro um aspecto recorrente de liminaridade (TURNER, 1964).

Essa nova representação atribui ao morador a função de espectador, provocando tensões e dissonâncias inerentes ao processo de mercantilização dos espaços urbanos para o turismo. As relações sociais e espaciais se transformam no fluxo do tempo e não ocorrem sem conflitos, contradições e resistências. O estado permanente de transformação do local, da passagem da condição de área residencial para comercial e, conseqüentemente, da posição de morador para o *status* liminar de objeto de consumo turístico, afeta consideravelmente os padrões de relacionamento entre os moradores e os lugares cotidianos e de lazer.

Como uso emergente, o turismo repercute nas formas de apresentação e disposição dos elementos locais, delimitando áreas de interesse comercial e cultural, recompondo a imagem da Praia Grande, com ênfase em determinados marcos, logradouros, roteiros, percursos ou trajetos (BOULLÓN, 2002). O turismo cultural recria, por meio de roteiros, produtos e eventos culturais, as histórias e as identidades do bairro, revalorizando manifestações culturais e instituindo uma nova narrativa sobre o centro antigo para os seus moradores, em direção à maior visibilidade do patrimônio cultural.

Os locais de visitação turística no bairro restringem-se àqueles que rememoram determinados fatos e acontecimentos da história e da memória oficial, isto é, institucionalizados pelos órgãos de preservação patrimonial da cidade, ao tempo em que os locais de afetividade indicados pelos moradores entrevistados não integram efetivamente os roteiros de visitação turística da cidade.

Nesse patamar, os roteiros turísticos divulgados e comercializados demonstram por meio de seus conteúdos e imagens, por exemplo, os elementos do patrimônio cultural local que se tornam passíveis de apreciação. A valorização do patrimônio consagrado pelo *marketing* turístico contribui para a seletividade do olhar do visitante, na medida em que eleger arbitrariamente os locais da cidade envoltos pelo signo da representatividade. Nos mapas turísticos oficiais, “a indicação de seus pontos mais significativos, mostram os caminhos que unem setores, realçam ruas e revelam monumentos da cidade investidos simbolicamente, ao passo que apagam outros” (FREIRE, 1997, p. 71).

Evidencia-se que as relações engendradas pela prática turística no patrimônio cultural urbano de São Luís conduzem ao estabelecimento ou à produção de novas territorialidades, as quais redefinem não apenas o uso, mas o significado e o valor social atribuídos ao patrimônio pelos moradores locais. Estes promovem a reinvenção de seu cotidiano (CERTEAU, 1994), ora mantendo as suas tradições,

ora permitindo mudanças adaptativas da cultura local e sua consequente incorporação à prática turística. Diante das transformações operadas pelas estratégias de preservação do patrimônio urbano, o sentido de lugar deve ser enaltecido, visando a uma maior aproximação e valorização do morador com suas história e tradições. O lugar como espaço de interações e experiências comunitárias, problematizador de identidades, releva-se na análise proposta por Relph (1980, p. 43), para quem o lugar constitui "a vital source of both individual and cultural identity and security, a point of departure from which we orient ourselves in the world".

Dessa forma, ressalta-se a necessidade de se promover um diálogo entre as políticas de preservação patrimonial, o planejamento urbano e o turismo, a fim de que os diferentes valores e os significados atribuídos ao patrimônio cultural por essa atividade não interfiram na rotina dos moradores e proporcionem experiências significativas para os turistas. Turistas, que segundo Martins (2006), buscam nos lugares visitados um conjunto de significados, símbolos que a comunidade local imprimiu neles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os centros históricos podem ser compreendidos como construções materiais e simbólicas, mutáveis e dinâmicas, compostos por diferentes temporalidades, vozes, histórias e memórias, podendo ser observados elementos de continuidade e descontinuidade. Sendo locais resultantes de relações sociais, as áreas urbanas estão sempre passando por transformações. Estão inseridas, assim, na própria dinâmica da humanidade. A dinâmica a que está sujeita uma cidade representa a própria cultura, cujo significado nos remete ao grupo social, indivíduos comungando os mesmos significados, formando aquilo que se chama "comunidade de sentidos". Desta forma, a cultura está no universo das representações humanas. Por esse ângulo, a cidade não é simplesmente um espaço físico, mas uma construção simbólica, uma forma de representação, portanto um conjunto de valores, ideais, crenças, contradições, discursos, figuras, imagens.

Na contemporaneidade, torna-se reconhecida a importância do patrimônio cultural urbano na promoção do desenvolvimento socioeconômico em diversas regiões por intermédio do seu agenciamento pela atividade turística. Nesse sentido, as políticas de preservação e revitalização do patrimônio cultural urbano contribuem para a transformação dos centros antigos em locais de consumo turístico. Diante da intensificação dos processos culturais do descentramento identitário e da comercialização de signos, imagens e representações que caracterizam os mercados de consumo atuais, o patrimônio cultural é revisitado e seus significados são reelaborados, estabelecendo novas formas de expressão da identidade destinadas ao usufruto dos visitantes.

Especificamente na Cidade de São Luís, Maranhão, as propostas de revitalização do patrimônio cultural urbano têm propiciado um ascendente processo de restauração e revitalização do acervo arquitetônico e sua vinculação à atividade turística, porém sem um planejamento urbano integrado e sistematizado. A ausência de integração entre as políticas públicas de preservação do patrimônio, a reduzida participação da comunidade local aos benefícios decorrentes da visitação turística e o nível de comprometimento com a integridade do acervo arquitetônico local incidem diretamente na questão urbana local.

Ainda, as discussões acerca da problemática da revitalização de áreas urbanas e patrimoniais inserem a atividade turística no campo das disputas em torno da cenarização do patrimônio cultural como bem de consumo, sinalizando a necessidade de se promover maior diálogo entre o planejamento turístico e o planejamento urbano, no sentido de orientar as ações e minimizar os impactos negativos dessa atividade.

As ações públicas de revitalização do patrimônio cultural da Cidade de São Luís demonstram as dificuldades e os desafios de se aliar as propostas de desenvolvimento turístico com a preservação do acervo arquitetônico; e a necessidade de inserir a comunidade nos benefícios decorrentes do intercâmbio cultural. O programa de preservação e de revitalização do patrimônio cultural, capitaneado pelo governo local, além de se constituir em ações pontuais, estimula a homogeneidade da paisagem urbana, restringindo a prática social do turismo em uma área específica, fato que inibe a obtenção de benesses econômicas e sociais pela comunidade residente.

Diante do exposto, faz-se necessário reconhecer que as políticas de preservação atuaram, na maior parte do tempo, no sentido de restaurar edificações históricas, preterindo aspectos fundamentais, principalmente para a comunidade do Centro Histórico. Problematicando o contexto atual do Bairro da Praia Grande e visando contribuir para a reflexão em busca de soluções pertinentes, indicamos que as políticas analisadas, mesmo as mais recentes e, principalmente elas, não previram os seguintes aspectos:

- A implementação da participação da comunidade nos processos de decisão e implementação das políticas inclusive desprezaram a necessidade de criar o fortalecimento dos órgãos representativos da comunidade, como a União de Moradores;
- A criação de mecanismos de comunicação aberta e transparente com os moradores;
- A criação de programas de educação dos moradores que procurassem criar novos hábitos e costumes de moradia dentro do espaço preservado, tanto na convivência com os habitantes locais como com os visitantes e com o patrimônio edificado;
- A necessidade de criar infraestrutura não só para atender aos turistas, mas também aos moradores, como: delegacia, supermercados, farmácia, posto médico, etc.;
- A criação de programa de inspeção permanente do acervo arquitetônico;
- A criação de programas de acolhimento de moradores que tiveram suas casas interditadas;
- A necessidade de dinamizar as ações de recuperação dos prédios interditados, para evitar depredação, invasão ou desabamento;
- Identificação e mapeamento dos lugares de memória da comunidade;
- Acompanhamento da dinâmica das manifestações socioculturais;
- Integração dos moradores nos processos de inspeção, fiscalização e denúncia dos crimes contra o patrimônio.

Dessa forma, reside a necessidade de se prover uma atuação conjunta não somente entre os órgãos públicos e os moradores do Centro Histórico, mas também com a comunidade situada além de seu entorno, a fim de que esta se perceba como agente integrante e protagonista do contexto econômico e social de São Luís e, assim, possa exercer de modo mais atuante o seu papel na preservação e na revitalização de seu patrimônio cultural.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉS, Luiz Felipe de Carvalho Castro et al. **Centro Histórico de São Luís** - Maranhão: Patrimônio Mundial. São Paulo: Audichoromo, 1998.
- ARGAN, Giulio Carlo. **História da Arte como História da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- AUGÉ, Marc. **Não-lugares**. Introdução à uma antropologia da supermodernidade. São Paulo: Papirus, 1994.
- BALANDIER, Georges. **O poder em cena**. Universidade de Brasília, 1980.
- BESSA, Sérgio Altamiro; TEIXEIRA, Luiz Antônio Antunes; FILHO, Nelson Antônio Quadros Vieira. Marketing turístico urbano e intervenção patrimonial em tempos de globalização. In: **Revista Turismo Visão e Ação**. vol. 7 - n.3 p. 539 - 547 set. /dez. 2005 Disponível em <http://www.univali.br/revistaturismo>. Acesso em 26 de abril de 2012.
- BOULLÓN, R. C. **Planejamento do espaço turístico**. Tradução de Josely Vianna Baptista. Bauru, SP: EDUSC, 2002.
- CAMMARATA, E. B. El turismo como práctica social y su papel en la apropiación y consolidación del territorio. In: LEMOS, A. I. G. de; ARROYO, M. (et al.) **América Latina**: cidade, campo e turismo. San Pablo: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006. p. 351-366.

CARNEIRO, Henrique Figueiredo. Banalização do patrimônio cultural e as consequências perversas para a vida na cidade. IN: MARTINS, Clerton (Org.). **Patrimônio Cultural: da memória ao sentido do lugar**. São Paulo: Roca, 2006. p. 17-29.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo; Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. Turismo e ordenação no espaço urbano. In: CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos (Org.). **Turismo Urbano**. São Paulo: Contexto, 2001.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano, Artes de Fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do Patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.

CIFELLI, Gabrielle. A refuncionalização turística do patrimônio cultural: os novos usos do território apropriado pelo turismo em Ouro Preto-MG. In: PAES, Maria Tereza Duarte; OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva (Orgs.). **Geografia, turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Annablume, 2010. p.113-138.

CORIOLOANO, Luzia Neide. Espaço, Poder e Exclusão: Contexto Econômico-social do patrimônio Cultural do Lugar Turistificado. In: MARTINS, Clerton (Org.). **Patrimônio Cultural: da memória ao sentido do lugar**. São Paulo: Roca, 2006. p. 31-39.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 1998.

FREIRE, Cristina. **Além dos Mapas**. São Paulo: Annablume, 1997.

GUEDES, Kláutenys Dellene Barros. **Políticas de Preservação do Centro Histórico de São Luís**. 2001. 150 f. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001

HERNANDEZ, M.G. Entidades de Planificación y Gestión Turística a Escala Local. El Caso de las Ciudades Patrimonio de la Humanidad de España. In: **Cuadernos de Turismo**, Murcia, n.20, p. 79-102, 2007.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade: lugares e espaços públicos na experiência urbana contemporânea**. São Paulo: Ed. Unicamp, 2004.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

MARTINS, Clerton. Patrimônio cultural e identidade: significado e sentido do lugar turístico. In: MARTINS, Clerton. **Patrimônio cultural: da memória ao sentido de lugar**. Roca: São Paulo, 2006, p. 39 a 50.

MARANHÃO. Decreto nº 2.353 de 29 de dezembro de 1992. Divisão do Centro Histórico da cidade de São Luís em Zonas de Preservação Histórica. **Diário Oficial**, São Luís, 29 dez. 1992.

MENESES, José Newton Coelho. **História e Turismo Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PEREIRA, Lorraine Thomaz. MURTA, Rachel Sant'Anna. Antropologia urbana e turismo: um exercício de interpretação. In: **E-civitas**. Revista Científica do Departamento de Ciências Jurídicas, Políticas e Gerenciais do UNI-BH. Belo Horizonte, vol. I, no 1, nov.2008. ISSN: 1984-2716. Disponível em: <http://www.unibh.br/revistas/ecivitas>. Acesso em: 29 de julho de 2010.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Memória, História e Cidade: lugares no tempo, momentos no espaço. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Revista do NEHAC – Núcleo de Estudo em História Social da Arte e da Cultura**.n.4, vol 4, 2002. 23-35 p.

RELPH, Edward. **Place and Placelessness**. London: Pion, 1980.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SÃO LUÍS. **Decreto de lei nº 29.874**. Altera o decreto nº 25.441 de 15 de agosto de 2003, que dispõe sobre a instalação do Núcleo Gestor do Centro Histórico de São Luís, e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**, São Luís, 13 de março de 2007.

SILVA, R. de A. **Proposta do Governo do Estado do Maranhão para inclusão do Centro Histórico de São Luís na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO**. São Luís: 1997.

SILVA, Geórgia Patrícia da. Valorização e consumo da cultura: o caso da “preservação” do bairro Praia Grande - MA. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TURISMO, 11, 2009, Curitiba. **Anais...** Curitiba: OBSTUR/UFPR, Universidade Positivo, 2009. 1CD-ROM.

SIVIEIRO, Ana Paula. Os elementos do espaço turístico urbano no processo de planejamento: reflexões teóricas e articulações. In: **R.RA’EGA**, Curitiba; Editora UFPR. n.11, 2006. p.51-59.

SMITH, Neil. La gentrification généralisée: d’une anomalie locale à la ‘régénération’ urbaine comme stratégie urbaine globale. In: BIDOU-ZACHARIASEN, C. (dir.), **Retours en Ville**. Paris: Descartes & Cie, 2003, pp 45-72.

TURNER, Victor. **The Forest of Symbols**: Aspects of Ndembu Ritual. Ithaca, Cornell University Press, 1964.

VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luisa Howard de. **Intervenções em Centros Urbanos**: Objetivos, estratégias e resultados. (Orgs.). Editora Manole: São Paulo, 2006.

VINUESA, Miguel Ángel Troitiño. Turismo e desenvolvimento nas cidades históricas Ibero-Americanas: desafios e oportunidades. In: PORTUGUEZ, Anderson Pereira (Org.). **Turismo Memória e Patrimônio Cultural**. São Paulo: Roca, 2004.

ZAQUAL, Hassan. **Nova economia das iniciativas locais**: uma introdução ao pensamento pós-global. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

ZUKIN, Sharon. **Loft living**. New Brunswick: Rutgers University Press, 1989.